

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: A RESULTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ELITISTA E SUA PRIORIZAÇÃO CONVERGENTE DO PERÍODO DE COLONIZAÇÃO AO IMPÉRIO.

Emanuelle Yasmim Cabral Sena¹
Carlos Adriano Dias da Costa²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo salientar uma análise histórica dos mecanismos educacionais para a percepção da educação elitista e sua priorização a uma elite dominante que resultou em vasta exclusão de todo o resto do contingente populacional. Serão utilizados como fontes: livros, artigos e obras que discorrem sobre os primeiros processos educacionais. E, este artigo traz a abordagem de revisão de literatura apresentando um levantamento bibliográfico da história da educação brasileira sob a perspectiva de uma trajetória de exclusão escolar, todavia de priorização elitista que se tornou intrínseca as classes sociais durante as épocas compreendidas entre período colonial (1549- 1822) e Brasil Império (1822-1889). Através dessa análise constatarei o seguinte: os mecanismos educacionais sempre foram utilizados como forma de procriação de um status de excludência e divisão social. Diante do exposto, a dissolução para esse célebre monopólio construído pela educação tem como resultado de discussão uma tentativa da construção de um sistema único de ensino, onde não transcorra dissemelhança de conhecimentos adquiridos entre classes sociais.

Palavras-chave: História da Educação, Período Colonial, Brasil Império, Elitismo, Priorização.

INTRODUÇÃO

Em direito a educação, a Constituição Federal, promulgada em 1988, no inciso III do artigo 206, designa como princípio da educação escolar o pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas e a concomitância de instituições públicas e privadas de ensino. A primeira é reputada por sua ineficiência e inferioridade no ensino quanto às instituições privadas; a segunda é substancialmente conhecida por sua eficiência e qualitativa superioridade às escolas públicas. Crahay (2010), delimita três elementos de concepções de igualdade educacional: de conhecimentos, de tratamento e de oportunidades. Do mesmo modo, Romualdo Oliveira et al. (2013) discutem como o acesso à escola deve ser assegurado a todos, porém a façanha pedagógica é equivalente à meritocracia e potencialidades dos indivíduos, consentindo assim a um tratamento desigual.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - AP, emanuelleyasmimcs@gmail.com;

² Professor Orientador: Mestre em Educação, Universidade Federal do Amapá - AP, adrianocosta@unifap.br.

Nessa perspectiva, o objetivo desta revisão de literatura é apontar de forma crítica e histórica a educação brasileira marcada pelo temporal “binômio elitismo e exclusão”, tais ponderados por Ferreira Jr. (2010). Esta questão educacional não pode ser considerada um problema contemporâneo, à vista que têm suas raízes estadas historicamente desde os primórdios de inserção da educação brasileira, assim como reflete na educação do século XXI. Em síntese, para depreender esse percurso histórico decorrerá elucidado à partir da história ateadada ao fio condutor proposto por Ferreira Jr. (2010), da seguinte maneira: Período Colonial (1549-1822) dividido em dois momentos distintos, sendo eles: a educação jesuítica, explorando questões como a estrutura de ensino utilizada pela companhia de Jesus para catequização em massa, a submissão ao catolicismo e cultura portuguesa; e a educação promovida das reformas pombalinas e apontamentos. No segundo argumento, analisaremos o período Imperial (1822-1889) com enfoque às conjunturas do processo de formação educacional dos filhos da aristocracia agrária até os cursos superiores, a sintetização da exclusão escolar submetida às classes sociais da população e o Ato Adicional de 1834 que resultou na descentralização dos gastos com a educação e monopolizou as políticas educacionais.

Em virtude dos fatos mencionados nesse breve percurso histórico, sanciono o impasse do que há de ser realizado para que essa educação com um extenso histórico excludente possa se transformar em uma educação de qualidade, mais igualitária na aprendizagem e não mais categórica e estruturada de forma privilegiada, contudo pra toda a população, sem distinção que segundo Bittar e Ferreira Jr. (2015), está na construção de um sistema único de educação. Assim dizendo, os precedentes das causas e lutas atuais pela democratização da educação, sejam elas em tempos de autoritarismo preeminente ou preponderância classista.

METODOLOGIA

O presente artigo foi construído à partir de uma revisão de literatura bibliográfica, utilizando-se como principais fontes de referências: livros, artigos científicos e obras que discorram sobre os primeiros processos educacionais. Ao longo do método, realizaram-se diálogos teóricos e metodológicos com obras de referências no campo da educação brasileira, como: (BITTAR Marisa, 1999; FERREIRA Jr, 2010; VEIGA, Cynthia Greive, 2007 e etc).

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo o levantamento de análise crítica de documentos publicados e atualização no desenvolvimento do conhecimento sobre um determinado tema a ser pesquisado (BOCCATO, 2006). Através dessa análise, o artigo traz a

abordagem de revisão bibliográfica da história da educação brasileira sob a perspectiva de uma trajetória de exclusão escolar, todavia de priorização elitista durante as épocas compreendidas entre período colonial e Brasil Império. A partir da análise e do diálogo com a literatura da área, é apresentada uma leitura crítica que visa apontar os resultados enfrentados como consequência de uma educação com binômio elitista e excludente.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO COLONIAL NO BRASIL: A CHEGADA DOS PADRES JESUÍTAS E A IMPLANTAÇÃO DAS REFORMAS POMBALINAS.

“Foram oito semanas de “próspera viagem”. No dia 29 de março de 1549, desembarcavam, enfim, na vila de Pereira, quatro padres e dois irmãos da Companhia de Jesus, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega.” (CHAMBOULEYRON, 2004, p.55). Ao chegar em terras estranhas, logo se infundiram em Salvador (BA), os inacianos desencadearam a missão na qual a coroa portuguesa incumbiu-lhes, iniciar o processo de evangelização dos ameríndios através da catequese, instituindo assim “As casas de bê-á-bá”. (FERREIRA JR., 2010). Contudo, “considera-se que a história da educação brasileira se inicia em 1549 com a chegada desse primeiro grupo de jesuítas” (SAVIANI, 2013, p. 26). No entanto, é controverso alegar que o período colonial se singularizou por uma educação brasileira, perante o modelo lusitano que evidenciava valores e conteúdos aplicados em Portugal em que prevaleceu o método educacional divergente da mentalidade pedagógica da metrópole (VEIGAS, 2007).

A incumbência dos jesuítas de evangelização fixou-se com alguns propósitos, é nesse contexto que se fez importante à pessoa do Padre José de Anchieta, que com sua vivaz intelectualidade aprendeu a língua tupi e com base no seu aprendizado metodizou uma gramática bilíngue, objetivando a catequização dos indígenas a fim de que pudessem aprender o português, desse modo, levando a conversão e sobreposição da cultura portuguesa aos indígenas. Um fato singular nessa circunstância a ser considerado é a existência do número significativo de etnias indígenas torneados de múltiplos costumes, linguagens e rituais. Dado isso, Veiga (2007, p.50) caracteriza esta pluralidade da seguinte forma:

“Estima-se que, no início da colonização, havia cerca de 1.175 diferentes línguas indígenas, permanecendo apenas 15% delas na passagem do século XVIII para o XIX. No conjunto das línguas faladas à época da chegada dos portugueses

destacavam-se o tupi (em quase todo o litoral e na região meridional do Brasil) e o Guarani (no Sul, litoral e interior).”

A prática catequética não prosperou com os indígenas adultos, devido a forte resistência e firmes hábitos culturais. Em uma nova estratégia da ação missionária, as crianças indígenas foram portadoras de novas molduras, podendo ser ponderadas através da ação pedagógica catequética. Ademais, Ferreira Jr. e Saviani (2010, p.24; 2013 p.46) apontam dois principais instrumentos usados na catequização: o teatro e a música. Esta estratégia faria com que as crianças indígenas aprendessem o português e tupi na forma de perguntas e respostas, assim enfatizando negativamente os hábitos indígenas, sobretudo incorporando as doutrinas cristãs e combatendo os costumes culturais cristalizados por seus pais que diante da igreja estavam contaminados pelos elementos culturais acusados como pecado. O processo de criação dos colégios ocorreu com características de evangelização e valores cristãos ratificados pelo Concílio de Trento. Segundo Ferreira Jr. (2010, p. 20), o “Catecismo Brasílico” estava articulado como:

“um léxico bilíngue que privilegiava os sete sacramentos (batismo, eucaristia, confirmação, penitência, unção de enfermos, ordenação e matrimônio), os dez mandamentos, as orações (Pai-Nosso e Ave-Maria) e os pecados mortais e veniais, mediante o uso de elementos extraídos da própria cultura tupi, principalmente aquelas relacionados ao antagonismo existente entre o bem (Tupã/Deus) e o mal (Anhangá/Demônios).”

Por conseguinte, o catecismo jesuítico do século XVI foi caracterizado com a “pedagogia brasílica”, ou seja, uma pedagogia instituída pelas condições preexistentes, contudo adaptada à fidelidade e aos dogmas e preceitos da companhia de Jesus. Conforme Ribeiro (1998), os Jesuítas produziram um programa de estudos que tomou por base o “Ratio Studiorum”, isto significa um plano de estudo que apanhava responder a diversidade de conveniência e competências. No entremeio, a colônia lusitana já senhoreava cinco casas de bê-á-bá (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco) em 1570 (FERREIRA JR., 2010). Nada obstante, todo o esforço dos padres da Companhia estava ameaçado, pois com o passar dos anos os índios foram mortos ou por doenças trazidas pelos portugueses, ora porque padeceram por serem exterminados pelos “civilizados homens brancos superiores”. Malta (2018, p.10) menciona que “são os primeiros vestígios de uma atuação etnocida, quando se formou a imagem de um índio perfectível, “tábula rasa” que teve os jesuítas como responsáveis durante muito tempo por sua Fecundação espiritual”. Deste modo, “os homens brancos liquidaram

milhares de índios” (FAUSTO, 2009, p. 50). E assim os padres da Companhia de Jesus reverteram seus trabalhos pedagógicos para os filhos dos colonos portugueses.

A evangelização Jesuítica por um fio não avariou, devido a proposta econômica formulada por padre Manuel de Nóbrega, pois levantou demandas de bases materiais para a sustentação das casas de bê-á-bá, pressupondo que as esmolas angariadas entre os colonos não supririam a quantidade de capital inicial para o sistema de montagem da empresa agrícola. Financiados pela Coroa Portuguesa através de uma seção de dízimos, provieram às fazendas de gado e cana-de-açúcar, propriedades dos jesuítas que financiavam os colégios (FERREIRA JR., 2010). Os colégios eram instituições que abrangiam apenas o ensino secundário e apenas por necessidade da realidade socioeconômica colonial estruturou-se o nível do ensino elementar (colégios de bê-á-bá) onde aprendiam as letras iniciais e matemáticas elementares.

“O plano contido no Ratio era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com que os colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial. Por isso os estágios iniciais previstos no Plano de Nóbrega (aprendizado de português e escola de ler e escrever) formar suprimidos. O novo Plano começava com o curso de humanidades. Denominado no Ratio de “estudos inferiores”, correspondentes ao atual curso de nível médio. Seu currículo abrangia cinco classes ou disciplinas: retórica; humanidades; gramática superior; gramática média; e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia, chamados de “estudos superiores”. O currículo filosófico era previsto para a duração de três anos, com as seguintes classes ou disciplinas: 1º ano: lógica e introdução às ciências; 2º ano: cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º ano: psicologia, metafísica e filosofia moral. O currículo teológico tinha a duração de quatro anos, estudando-se teologia escolástica ao longo dos quatro anos; teologia moral durante dois anos; Sagradas Escrituras também por dois anos; e língua hebraica durante um ano” (SAVIANI, 2013, p. 56-57).

Duas categorias de ensino foram efetuadas no Brasil, essa organização determinou os graus de acesso à educação para a população dali. A primeira era a instrução simples primária, as escolas de primeiras letras para os filhos dos portugueses e dos índios, e a segunda a educação média que eram colégios que formavam mestres em artes e bacharéis em letra, porém reservados a meninos brancos, filhos dos coronéis e senhores dos engenhos (Borges e Sambugari, 2019). Tendo em vista os aspectos observados, distinguimos duas fases da educação no período colonial, a primeira ligada à catequese dos índios e a última aos filhos do colono. Conforme o regime colonizador luso-jesuítico prosperava por intermédio da monocultura da cana-de-açúcar latifundiária e da mão de obra dos negros desafricanizados, crescia o Etnocídio da população ameríndia. Como consequência, a partir da segunda metade do século XVII a educação brasileira colonial já se instaurava com redutos educacionais

eminentes às elites econômicas, desde o seu nascimento já se firmava o estigma de não ser para todos. Ficaram excluídos da educação escolar de caráter propedêutico o grande contingente da população formada pelos escravos desafricanizados, índios, mestiços e brancos pobre (FERREIRA JR., 2010, P.27). Sintetizando, a constituição da matriz brasileira educacional desencadeou o binômio que reluz até os dias de hoje com a exclusão escolar e priorização elitista dominante.

Com a expulsão dos jesuítas de todas as colônias portuguesas em 1759, comandada por Sebastião José de Carvalho (marquês de Pombal), primeiro-ministro de Portugal, foi promovido uma reforma educacional que exonerou o ensino Jesuítico. Fato este que aconteceu também pelo ato dos jesuítas se refutarem ao controle do governo português. Ferreira Jr. e Fausto (2010, p. 29; 2009 p. 111) apontam que a Companhia de Jesus tinha tanta influência e poder político na sociedade portuguesa que chegava até a superar em autoridade a monarquia. Com esse fundamento foi que Pombal decidiu expulsar os jesuítas dos domínios portugueses. A partir do final de XVII, uma série de reformas administrativas foram instauradas pelo governo do Rei D. José I (1774-1777) e luziram o campo educacional, substituindo a pedagogia portuguesa imposta por mais de dois séculos pelos padres da companhia de Jesus.

Em síntese, a proposta educacional pombalina não se diferiu muito da jesuítica, já que sua natureza do conhecimento era a mesma, porém de sistematizações diferentes. “O sistema educacional jesuítico tinha caráter orgânico e unitário, a educação decorrente das reformas pombalinas, ao contrário, carecia de unidade sistêmica, ou seja, as aulas régias eram parceladas e fragmentadas” (FERREIRA JR., 2010, p.30). Isto é, consta-se que a educação era descaradamente um componente de discriminação e predominância de uma pequena classe sobre a exuberante população ignorante.

EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO: INDEPENDÊNCIA E GARANTIA DE DIREITOS.

Posteriormente a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil denotou consideravelmente seu progresso cultural, todavia o direito à educação ainda empacava a minoria privilegiada. A independência em 1822 seria o acontecimento que começaria a reverter este e outros quadros em que o Brasil se encontrava, de maneira que formalizou a exclusividade ao ensino superior em confronto aos outros níveis de ensino, ratificando o caráter classista da educação, de privilégios à classe dominante e desestimação aos mais

pobres. O objetivo primordial da educação no período Imperial era a composição das classes dirigentes. Para tal,

“ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior” (Piletti, 1991, p. 41).

Subsequentemente em 1823 foi fixado o Método Lancaster ou “ensino mútuo”. Segundo Manacorda, no sistema lancasteriano formavam-se grupos de classe em que cada um tinha seu lugar definido subjugado pelo seu nível de conhecimento e ao passo que o aluno ia evoluindo também progredia seu posicionamento na classe. O sistema era inflexível, inspecionado por uma disciplina severa. (2004, p.256-261). Com a outorga da primeira Constituição Brasileira em 1824, foi remetido um fundamento que amparasse o direito à educação, o Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente.

Consequentemente, no ano de 1827 foi outorgada a 1ª lei educacional do país. A lei estabelecia a criação de Escolas de Primeiras Letras e admitiu o ensino mútuo como metodologia de ensino. A admissão desse método intencionava uniformizar de modo rápido e eficaz a alfabetização e escolarização básica no país, em razão do país está num regime político do padroado, o catolicismo era obrigatoriamente ensinado nas escolas. A subversão era penalizada pelos professores, estruturando assim o “sadismo pedagógico” tão somente explorado por Bittar (2009). Essa lei previa ainda a instalação de escolas “em todas as cidades, vilas e lugares populosos” (SAVIANI, 2013, p. 129). Diante a formação de um país que outrora era uma colônia de exploração, essa lei apontava caminhos ao progresso de mudanças que estavam a caminho.

No período regencial houve duas definições importantes para as primeiras iniciativas concretas do ensino normal, o Ato Adicional de 1834 que delegou às províncias a constituição da estrutura de educação elementar brasileiro e a criação do Colégio Pedro II, em 1836 que resultou na simbologia máxima de elitismo e exclusão na história da educação. Sobre a estrutura do currículo do colégio D. Pedro II e o ensino normal, Ferreira Jr. (2010, p.45) enuncia que,

“o fato da sociedade brasileira do século XIX estar baseada nas relações escravistas de produção não exigia uma escolaridade fundamental para todos, menos ainda a demanda por um processo social que estabelecesse uma vinculação orgânica entre a educação e o mundo do trabalho fundado nos alicerces científico e tecnológico gerado pelo industrialismo. Portanto, tratava-se apenas de um curso secundário destinado a formar os governantes da sociedade agrária escravocrata por meio das artes liberais, particularmente nos cursos de direito”.

Entretanto, apenas o Colégio Dom Pedro II é que podia emitir o diploma. Ferreira Jr. (2010, p. 44) acrescenta mais sobre esse fato:

“Já para os jovens das elites agrárias que viviam nas províncias e tinham como objetivo cursar o ensino superior, o processo era o seguinte: primeiro eles frequentavam os poucos liceus e colégios particulares que existiam e, depois, dirigiam-se à cidade do Rio de Janeiro para prestar os exames parcelados oferecidos pelo Colégio Dom Pedro II, ou seja, um exame para cada uma das disciplinas que compunham o currículo do ensino secundário oficial de sete anos.”

Explicitamente só podiam ingressar nos cursos de Direito, aqueles que possuísem o diploma de “bacharel em ensino médio”. “Vê-se que a intenção não era estimular o crescimento intelectual como um todo, mas sim fomentar o conhecimento jurídico voltado para dominação, pela lei, dos ricos para com os mais pobres” (Souza, 2012, p.21). Novamente é notória a educação estruturada de maneira a tencionar não o bem comum, porém todo bem de poucos. Reforçando esta proposição, Fausto (2009, p. 237) enuncia que o Brasil integra cerca de 80% analfabetos entre a população livre. Em linhas gerais, dessa forma penetrou a educação no Império.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da educação no Brasil entre o período colonial e imperial apresenta uma trajetória singular. Outrossim, de tardia se comparada à de outros países, além de designada por um perfil elitista e excludente aos mais pobre, mesmo sendo representada por grande parte da população. Como consequência tem-se o acesso desigual ao ensino e a aprendizagem de contida qualidade. A construção deste artigo possibilitou descobrimentos e reflexões, sobre a constituição da educação e do processo formador promovido pela colonização portuguesa e estruturação imperial, bem como entender a herança cultural que esses momentos históricos deixaram frente à compreensão do que entendemos hoje por ensino público e para todos.

Como pudemos constatar, a narrativa educacional do Brasil é frisada pelo monopólio da educação, sendo exercido pelas elites dominantes e ávidas pelo capital. Transcorreram-se

os processos políticos, ideologias transpassaram continentes e o nosso sistema educacional sempre ficou restrito a uma minoria. A escola pública, quando fundou seus direitos de acessibilidade e qualidade, excluía os mais pobres. Além disso, no decorrer do tempo veio a democratização do ensino, porém a qualidade educacional moveu-se das escolas públicas para habitar nos sistemas particulares de ensino que predominam até hoje, não como forma de inclusão ou inserção, mas de superioridade intelectual à classes sociais. Desse modo, deu-se ao pobre escola para estudar, mas, ao mesmo tempo usurpou-lhe a educação refinada, que transforma.

Charlot (2005), ressalta o crescimento dos índices de escolaridade que em controverso se perpetuam as desigualdades sociais de acesso e oportunidades ao conhecimento, à vista que a escola pública é atribuída ao papel de incluir populações excluídas ou marginalizadas pela dialética do neoliberalismo, sem o asseguro suficiente de investimentos educacionais dos governos, professores especializados e inovações pedagógicas. Vejamos as resultâncias dessa política:

“os jovens são cada vez mais escolarizados em instituições diferentes, dependendo do status econômico de seus pais. Constata-se, assim, o estabelecimento de redes educacionais cada vez mais diferenciadas e hierarquizadas. Nessas redes, a escola pública deve acolher as populações mais frágeis. Com isso, à escolarização de base [...] perseguida por muito tempo, segue-se um fracasso em massa dos alunos, com iletrismo, abandonos, repetências, etc” (p. 144).

Assim, a escola que sobrou para os pobres tem sido caracterizada por suas missões assistencial e acolhedora, transforma-se em uma caricatura de inclusão social. E o mecanismo para que tenhamos essa escola formadora é dada por Anísio Teixeira, em “A escola pública, universal e gratuita” onde depreendemos maneiras de delinear de modo astucioso soluções para esse binômio histórico de elitismo e exclusão. E não há outro mecanismo de fundir uma educação igualitária para todos – sejam ricos ou pobres – se não for constituído uma escola única para todos, de modo “se a educação for difundida por igual [...] ela é grande igualadora das condições entre os homens. [...] Faz mais do que desarmar os pobres de sua hostilidade para com os ricos: impede-os de ser pobres [sic]” (MANN apud TEIXEIRA, 1956, p. 2).

Com efeito, de acordo com Teixeira (1956, p. 10 – 11), é fundamental que haja uma educação predominantemente pública, pois é nessa escola única que as classes se encontrarão e exterminarão as divisões e excludência, sejam elas sociais ou intelectuais. Assim, somente com uma educação única para todos é que haverá de verdade a democratização do ensino. E,

além da unicidade da educação, a missão dela, conforme Bittar & Ferreira Jr. (2008), é educar o ser humano por completo, unilateralmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a educação jesuítica, quanto a educação implantada após as reformas pombalinas seguidas do período regencial tiveram certas divergências, e no decorrer desta revisão bibliográfica ganharam bastante notoriedade. Vejamos, a educação estruturada do Brasil deu-se em partida no ano de 1549 com a vinda dos jesuítas que fundaram Colégios e criaram o primeiro método de ensino Ratio Studiorum que regia a educação no território até sua expulsão do país em 1759. Destarte, iniciou-se com características apenas de evangelização dos ameríndios e se expandiu politicamente e socioeconomicamente, enfatizando hostilidades diante a pluralidade étnica e criando majoritariamente diretrizes de suas próprias ações pedagógicas.

Durante o período de reinado tivemos mudanças significativas mediante a chegada da família real. O ato adicional de 1834 e a outorga da Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram suporte às províncias para a organização das escolas, isto contribuiu para o descaso com o ensino público, deixando-lhes a mercê da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico, estruturando assim um sistema dual de ensino: por um lado, a educação privilegiada voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; por outro, o ensino primário e profissional, de estado precário para as classes populares.

Com base nesta revisão de literatura, motivadamente apuro, inspirada em Paulo Freire, que a igualdade é um princípio importante e transversal para uma política incomum na relação pedagógica. A igualdade aqui mencionada é denotada como princípio ou início (não como meta ou objetivo) e atravessa diversos campos: a vida e a capacidade intelectual, mas também os saberes, o pensamento, os afetos, os não saberes. A questão do saber é crucial para Paulo Freire e confunde-se a igualdade dos saberes com o esvaziamento da função pedagógica. Eles podem ter valor e sentido epistemológico ou estético distinto, mas isso nada tem a ver com quem são seus portadores: certos saberes não têm mais legitimidade que outros em decorrência do lugar de poder que ocupa quem os afirma na relação pedagógica.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. **Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472 – 482, set./dez. 1999.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 30 de set. 2021.

BORGES, Dalete. S. S.; SAMBUGARI, M. R. N. **A educação jesuítica e o método de ensino Ratio Studiorum**. In: IV Congresso de Educação do CPAN. III Semana Integrada de Graduação e Pós-graduação: Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores, 2019, Corumbá. Anais. Campo Grande: UFMS, 2019. v. 3. p. 1-13.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentista**. In: DEZ PRIORE, Mary (org). História das crianças no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 2004, p. 55-83.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005. CRAHAY, M. Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Lisboa, Instituto Piaget, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Jr. Amarílio. **História da Educação brasileira: da colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

OLIVEIRA, R. P.; BAUER, A.; FERREIRA, M. P.; MINUCI, E. G.; LISAIUSKAS, F.; ZIMBARG, R.; CASSETARI, N.; CARVALHO, M.; GALVÃO, F; V; **Análise das desigualdades intraescolares no Brasil**. Estudos & Pesquisas Educacionais, São Paulo, n.4, nov.2013.

MALTA, Maia Marcio. **Etnocídio para além das perdas culturais: pessoas, corporalidades e a multiplicação dos maus encontros.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2008.

MANACORDA, M.. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2004. PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação.** 9ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOUZA, E. A. M.. **História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino.** cadernos da pedagogia (ufscar. online), v. 12, p. 15-33, 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **A escola pública universal e gratuita.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.3-27.

VEIGA, Cynthia Greive. **Circulação de conhecimento e práticas de educação no Brasil colonial (séculos XVI a XVIII).** História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.